

CEDI - P. I. B.
DATA 31 12 86
COD. 01036

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O LIBERAL

BELEM

DATA : 15 04 86

CLASS. : _____

PG. : _____

38. GARIMPO - CARTA DA OCA MINERAÇÃO AO PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

Belém, 11 de abril de 1986

Exmo. Sr.
Dr. José Sarney
DD. Presidente da República

Esta é a derradeira e já desesperada iniciativa de Oca Mineração para conseguir resolver o grave problema que a ameaça de morte. Depois de percorrermos com paciência e espírito cívico todos os degraus intermediários da estrutura administrativa de Governo, sem sucesso, tentamos agora sensibilizar a mais alta autoridade de nosso País, através desta carta-aberta. Vossa Excelência conquistou o imorredouro reconhecimento da Nação pela coragem e arguta decisão de refazer os caminhos econômicos do Brasil, enfrentando abertamente o desafio. Esta atitude nos anima a recorrermos de público a V. Excia., esgotadas que se encontram, para nosso desalento, todas as etapas inferiores.

Somos uma empresa que apostou no seu trabalho e tem cumprido todos os seus deveres legais. Começamos como pessoa física, 14 anos atrás, a pesquisar minérios na Grande Volta do Rio Xingu, no Pará. Ali nosso pai aplicou a maior parte das suas economias, num típico investimento de risco, que constitui a essência mais nobre e lúdica do sistema econômico sob o qual vivemos. Quatro anos depois, mercê da dedicação empenhada, a pessoa física de Otto Serrano de Noli Vergueiro transformou-se em pessoa jurídica, recebendo a participação de seus filhos na Oca Mineração Ltda.

A medida que avançávamos pioneiramente na área, consolidávamos a jovem empresa, requerendo Alvarás para ampliar e adensar a pesquisa mineral. Essas autorizações foram concedidas pelo Governo entre 1973 e 1978, quando éramos a única empresa organizada a atuar naquelas remotas paragens da floresta amazônica. Sendo um núcleo basicamente familiar, conduziámos pessoalmente os trabalhos. Fomos os primeiros "brancos" que se instalaram no continente, já que todos os outros pioneiros, atemorizados pelas histórias sobre a presença de índios, se mantinham em algumas das ilhas espalhadas pelo Rio Xingu, em atividades de mera subsistência, inclusive na sazonal garimpagem do passado.

Enfrentando a incredulidade geral, consolidamos nossa presença e estabelecemos uma competência própria. Reconhecendo-a, em 1979 a CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) nos concedeu financiamento, agregando seus recursos ao capital de nossa família, até então a fonte única de recursos de todo o empreendimento. Somente em 1981, nove anos depois que iniciamos nossas pesquisas, começaram a surgir problemas na área, causados não pelos antigos moradores locais, com os quais sempre convivemos satisfatoriamente, mas com aventureiros e inescrupulosos protégidos pela moda e genérica designação de garimpéiros.

É importante ressaltar que nenhum prejuízo, nenhum desconforto e nenhum conflito sofreu a rarefeita e dispersa população xinguará com a nossa presença. Simplesmente não havia qualquer superposição ou colisão de atividades, pois nos instalamos numa área absolutamente virgem, sem qualquer presença humana, restrita a algumas ilhas. A revelação do valor daquelas terras foi trabalho exclusivo nosso, que não acarretou o deslocamento de qualquer outra presença ou interesse, já que inexistente.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : _____

CLASS. : 01D36(2)

DATA : _____

PG. : _____

Por isso, dando legitimidade a nossos argumentos, a 23 de dezembro de 1982, o Governo instituiu a Província Mineral da Grande Volta do Xingu e determinou a paralisação da garimpagem na área, onde estávamos abrindo uma larga e sólida perspectiva para a exploração racional dos recursos minerais. A retirada dos primeiros garimpeiros que ali apareceram, nove anos depois de nós, foi possível e, já em 1983, inaugurávamos a primeira usina de beneficiamento de ouro da Amazônia, a primeira a funcionar em área aluvionar de todo o País. Caracterizamos, após intensa pesquisa geológica, a existência de um Greenstone Belt e começamos, lenta e seguramente, a lavra de ouro. Para enfrentar problemas novos e garantir melhor rentabilidade, criamos tecnologia, habilitando-nos a praticar a lavra com maior taxa de recuperação do Brasil, com melhores resultados econômicos e ecológicos.

Todo este acervo de capital, tecnologia, trabalho e sacrifícios foi violentamente destruído a partir do dia 08 de fevereiro. Numa ação fulminante, claramente estudada e executada com requintes de profissionalismo, centenas de pessoas invadiram nossas instalações e as saquearam, causando um prejuízo material avaliado em 50 bilhões de cruzeiros da época. Nada se pôde fazer para impedir o saque, praticado numa noite de semana de carnaval, que impossibilitava qualquer reação oficial. Não satisfeitos, os pilhadores ainda armaram uma emboscada, da qual saíram nove pessoas feridas, inclusive agentes da Polícia Federal e técnicos do DNPM, além de nossos funcionários, não se contando vítimas fatais por mero acaso da má pontaria ou da falta de sorte dos traíçoires atacantes.

Nenhum desses delitos foi apurado e muito menos punido. Até são justificadas essas ações criminosas covardes e de inspiração iníqua, como sendo decorrentes de um "problema social". Que há um vasto e inquietante problema social neste País, não ignoramos. De nossa parte, temos contribuído para resolvê-lo trabalhando arduamente num negócio que tem absorvido todas as nossas poupanças e energia, que emprega 200 pessoas, que se tem afirmado por sua excelência técnica, que cumpre todas as obrigações legais, inclusive de natureza social. Se em algum momento deixamos de atender a esses compromissos, estamos dispostos a sofrer as sanções. Mas não aceitamos ser transformados em bodes expiatórios, em instrumentos a serviço da ineficiência e da má fé de outros, particulares ou servidores públicos.

Admitimos que há lugar para mineradores e garimpeiros na vasta frente mineral da Amazônia. Mas não reconhecemos direito ou justiça na substituição que se pretende fazer à nossa custa. Quando chegamos ao Xingu, lá não havia garimpeiros. A região, por medida legal, foi reservada depois à mineração. Só quando já havia jazida cubadas, fruto de nosso trabalho, apareceram os livre-atiradores da especulação, os ladrões de minérios e os inescrupulosos, movidos por interesses mercantis ou políticos. Desde o primeiro momento advertimos as autoridades contra esse esbulho. Nossa reação foi sempre a denúncia a órgãos públicos, encarregados do cumprimento das leis que seguíamos e que nossos oponentes pisavam. Em nenhum momento ensaiamos reação direta, violenta, retaliadora, como costuma ocorrer na Amazônia. Confiamos em que o direito seria respeitado e que os órgãos competentes agiriam. Hoje, pagamos o duro preço da desilusão.

Sem termos nos arredado um milímetro da lei e das normas, estamos sendo obrigados a aceitar o esbulho, a negociar com nossos agressores de má fé, a esquecer o que está por trás dessas invasões, a revelar a omissão injustificável das autoridades e a nos transformarmos em mercadores de um patrimônio que construímos para o bem de nossa família, de nossos funcionários, do Estado que nós viu nascer, e no qual nos estabelecemos como a única empresa de mineração genuinamente local, e do País que queremos ver cada vez mais engrandecido pelo trabalho de seus cidadãos, não pela ousadia da especulação, contra a qual V. Excia. desfechou o certo golpe do dia 28 de fevereiro.

Recusamos esse "acerto de contas" que ofende nossa dignidade de empresários responsáveis e de cidadãos conscientes. Não trabalhamos 14 anos em área inóspita para nos transformarmos em "pracista" de garimpagem, em coletadores de royalties, iguais aos negociistas que orquestraram as invasões e vão continuar a repeti-las por todos os ricos e sofridos rincões da Amazônia se uma providência justa, legal e corajosa não for tomada, afastando de vez essa convivência vergonhosa e esse medo de decidir em favor do legal que está fazendo desta região uma grande fronteira da banditagem.

Excelência: nada queremos que não seja de direito. Nem pretendemos que V. Excia. aceite nossas palavras como verdade absoluta. Abrimos todas as nossas contas e documentação a qualquer investigação, aceitamos a mais rigorosa auditoria, contanto que haja uma providência para restituir o estado de direito e a garantia a quem o possui. Do contrário, estaremos obrigados a encerrar de vez as nossas atividades, morrendo como empresa, é certo, mas de cabeça erguida, allivamente, como temos sido até agora, para tranquilidade dos que nos antecedem e honra dos que nos seguirão. V. Excia. é nossa última esperança, não exatamente nossa, mas dos que ainda acreditam que o trabalho aplicado e honesto pode ser fonte de prosperidade neste País. Esperamos, sinceramente, que não nos falte.

Respeitosamente

CARLOS OTTO G. NOLI VERGUEIRO
DiretorÁLCIO G. DE NOLI VERGUEIRO
Diretor